

entes de favores, para não morrerem de fome, com a esposa e os filhos.

Não tenho dúvidas que o eminente governador Euclino Lins, homem inteligente, com uma larga experiência no trato da coisa pública, será sensível aos justos reclamos daqueles servidores que ontem, como hoje, dão a S. Excia. honesta e eficiente colaboração.

Igualmente acreditamos na compreensão e no espírito de justiça que tem norteado a ação do ilustre Coronel Salim de Miranda à frente da Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco. E essa convicção se robustece ao verificarmos que um dos auxiliares mais categorizados, o delegado e jornalista Paulo Couto Malta, já colocou a sua pena e a sua inteligência a serviço da nobre causa.

Mas não desejo descer desta tribuna sem dar conhecimento à Casa, do apelo que acabo de receber dos funcionários da Secretaria da Segurança do Estado, ao qual estou vinculando a minha solidariedade:

"Funcionários Secretaria Segurança todos setores funcionais v.g. empenhados reestruturar carreira p.g. dentro padrões humanos consentâneos atual custo vida v.g. pedem vossência decidido apoio suas reivindicações salários v.g. permitam-lhe exercer atividades dignidade eficiência p.t. Os signatários representando cr. três mil comissários v.g. investigadores v.g. escritas v.g. inspetores veículos v.g. guardas civis esperam sua palavra tribuna colaboração movimento em p.g. a presentemente unanimidade classe polícia civil pt Saudações Manasses Costa Lima — José Rodrigues de Lima — Torquato Moreira da Rocha — José Vieira Sobrinho — Manuel Pereira de Freitas — Sebastião Francisco de Souza — Vinício de Albuquerque — Mercicero Alípio de Barros — Humberto Eloi Coelho — Haroldo Xavier de Freitas — João Climaco — Ratis de Azevedo e Silva — Mitrê Santa Cruz — Edson Barbosa Cavalcanti — Francisco Gomes Calado — Geraldo de Freitas — Alvaro Correia de Oliveira — Raulo Valeriano de Menezes — João Pereira Sobrinho — Severino Tavares de Brito — Gerson Guimarães — Amaro Manuel Cavalcanti — Manoel de Albuquerque Teixeira — Severino Pereira Ramos — Alirio Gomes da Silveira e Sah — Minervino Lopes de Albuquerque — Antonio de Souza Fraga — Antonio Lima da Silva — Aluizio da Rocha Coutinho — Petronio Batista de Azevedo — Manoel Firmino Socar — Azeas Servio Ferreira — Gentil Cordeiro da Silva — Luiz Perminio de Albuquerque Melo — Arnaldo Ribeiro de Andrade — Renato Carneiro Moreira — Edgar Cliraco da Silva — Severino Dias Pereira — Don Uchoa da Silveira — Luiz de França e Silva José Rocha de Oliveira — João Andrade de Oliveira — Reinaldo José Pereira — Agenor Gonçalves Lima — David Verissimo da Silva — José Pedro Guedes — Djalma Araújo Lima — Carlos Veras — Edmundo Clodoaldo da Silva — Urci Lins Falcão — Antonio Bezerra de Melo — Enock Souza Mala — João Mesquita — Cabral Francisco de Assis Ferreira Guimarães — Renato Gomes de Oliveira — Antonio de Padua Oliveira — Silvio Barros — Manoel Martins Filho — Manuel Felix da Silva — Mathusalem Wanderley — João Faustino da Silva — José Alves da Silva — Severino Francisco de Lima — Damiano Elias dos Santos — Anibal Almeida de Souza — Benício Calatano da Silva — José Bento Ba-

tista — Gentil Barbosa Veiga — Severino Candido da Silva".

Era o que tinha a dizer (*Muito bem*).

O SR. SA CAVALCANTI — (*Lê o seguinte discurso*) — Sr. Presidente, representantes das Associações Comerciais de todos os Estados, atendendo a uma convocação do ilustre patricio, Sr. Carlos Brandão de Oliveira, reuniram-se, nesta Capital, na Federação das referidas entidades, de 6 a 8 do fluente. Realizaram, assim, eficiente "mesa redonda", na qual abordaram temas da mais palpitante atualidade atinentes às atividades econômicas e financeiras do País. O temário que orientou mencionados trabalhos foi o seguinte:

"Comércio Exterior e Controle — a) medidas destinadas a corrigir a escassez de divisas e a queda das exportações; b) exame do projeto de prorrogação da lei 262 (licenciamento prévio); c) o sistema de licenciamento prévio da Cexim e sua substituição progressiva por processo automático de regulação do comércio exterior; d) câmbio livre; e) acordos comerciais. II — Controle de preços: a) medidas atuais da Cofap suscetíveis de prejudicar a produção e a distribuição das mercadorias (sugestões no sentido de melhorá-las); b) como atingir a supressão do controle de preços através de uma política econômica adequada".

Autor do Projeto n.º 1.534-51, que propõe dar nova estrutura à Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil, acompanhei com vivo interesse os resultados do aludido conclave que chegou a conclusões cujo conhecimento por parte desta Casa elucidarão de muito o exame do caso da licença prévia, objeto de mensagem do Executivo, de projeto, do nobre Deputado Capanema, aliás já encaminhado, de volta, às Comissões Técnicas, com emendas oferecidas na fase da 1.ª discussão e de outras proposições.

Fazendo, assim, esta comunicação, espero que a Câmara tome na devida consideração os resultados da "mesa redonda" da Associação Comercial do Brasil para, à luz da experiência dos homens que lidaram as classes produtoras do País, dar solução justa ao importante assunto.

Para que a solução definitiva do problema seja dada de acordo com a lição da experiência dos líderes das produtoras do país, faço esta comunicação, juntando as conclusões da mesa redonda da Associação. (*Muito bem; muito bem*).

O SR. MUNIZ FALCÃO — Sr. Presidente, tenho em mãos telegrama da Seção do Fomento Agrícola de Alagoas comunicando que não foram pagos até esta data os vencimentos do pessoal que percebe pelas vergas do Acordo entre a União e o referido Estado para execução dos serviços daquela repartição. Alegam os interessados também que desde janeiro último não recebem o Abono de Emergência instituído pela Lei n.º 1.765 de dezembro de 1932.

Em relação à primeira parte, Sr. Presidente, estou adotando providências junto ao Sr. Ministro da Agricultura no sentido de não persistir o atraso, que tantos sacrifícios impõe aos servidores mantidos pela Seção do Fomento Agrícola do meu Estado em regime de acordo.

Quanto ao segundo aspecto do problema, ocupei há poucos dias esta tribuna para solicitar o rápido andamento de um projeto de autotua do nobre Deputado Paulo Sarazate, abrindo crédito para custear as despesas decorrentes do Abono de Emergência ao funcionalismo pertencente aos serviços dos Acordos em todos os Estados, uma vez que, embora estejam tais servidores especificados na Lei n.º 1.765, não existe verba por onde possa ser atendido esse compromisso.

Todavia, já que até agora a proposição permanece paralizada na Comissão de Finanças, anuncio à Casa o meu propósito de requerer a constituição de uma Comissão Especial, na forma do art. 107 do Regimento Interno, para apreciar a matéria no prazo de cinco dias.

O SR. PAULO SARAZATE — Permite V. Exa. um esclarecimento, em nome da Comissão de Finanças. O Deputado Leite Neto, relator do projeto, e que se achava em Sergipe, assegurou-me que, na próxima semana, dará seu parecer, provavelmente segunda-feira.

O SR. MUNIZ FALCÃO — Muito obrigado pela auspiciosa notícia que V. Exa. transmite à Câmara. Nesse caso, aguardarei que o Deputado Leite Neto, cujo discernimento muito admiro, atenda ao meu apelo e emita seu parecer, do qual estão a depender milhares de servidores em todo o país (*Muito bem; muito bem*).

O SR. COUTINHO CAVALCANTI (*Não foi revisado pelo orador*) — Sr. Presidente, comemorou-se, ontem, em São Paulo, mais um aniversário da eclosão da revolução constitucionalista e quero prestar a meus companheiros que tombaram na luta mais uma sentida homenagem.

Aproveito a oportunidade para reverenciar a memória de um dos mais antigos cirurgiões do Brasil — Dr. Antônio Luiz do Régo, falecido, ontem, em São Paulo. Juntamente com o Professor Arnaldo Vieira de Carvalho e Antônio de Camargo, iniciou a escola cirúrgica no Brasil, no começo do século, tornando-se, depois, um de seus mais eminentes cirurgiões. (*Muito bem, muito bem*).

O SR. CHAGAS RODRIGUES (*Não foi revisado pelo orador*) — Sr. Presidente, recebi, de Terezina, o seguinte telegrama:

Dept Chagas Rodrigues — Rua Figueiredo Magalhães 73 ap. 702 — Rio DF.

De Terezina Py — Aero Clube Piauí meu intermédio apela seu espírito público solicitando sua prestigiosa cooperação junto autoridades Diretoria Aeronáutica sentido que seja doado este clube aviação um avião treinamento suprir necessidades inadiáveis Escola Pilotagem atualmente paralisada virtude sinistro única aviação dispunhamos pt Esclareço contamos doze alunos final curso aguardam cheios esperanças seu pronunciamento pt Sds Wilson Egito Coelho v.g. Pres Aeroclube Piauí.

Diante desta mensagem do Aero Clube de Terezina, dirijo, da tribuna da Câmara, apelo ao Sr. Brigadeiro Raimundo de Vasconcelos Abolm, ilustre Diretor da Aeronáutica Civil, no sentido de S. Ex.ª ir ao encontro das aspirações da mocidade terezinense.

Sinto-me encorajado a assim proceder, porque, não faz muito tempo, fui à presença de S. Ex.ª, solicitando um avião para o Aero-Clube de Parnaíba e S. Ex.ª, na primeira oportunidade, atendeu às aspirações da mocidade parnaibana.

Assim, estou certo de que S. Ex.ª fará o que estive na seu alcance para dotar o Aero-Clube do Piauí, com sede na cidade de Terezina, de um avião de treinamento, a fim de que a atual turma possa concluir seu curso e outras turmas possam ser brevementes. (*Muito bem; muito bem*).

O SR. BRENO DA SILVEIRA (*Não foi revisado pelo orador*) — Sr. Presidente e Srs. Deputados, transcorrendo hoje mais um aniversário da fundação do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários, não poderia deixar de me congratular com a classe bancária pelo acontecimento e, principalmente, de fazer uma advertência ao atual Ministro do Trabalho, sobre a situação toda especial da direção daquela autarquia.

Por diversas vezes, ocupei esta tribuna e, com documentos, formulei as

denúncias mais formais contra a atual administração administrativa daquele Instituto, que tiveram também eco na Câmara do Distrito Federal, por intermédio do Vereador Couto de Souza, do Partido Social Democrático. Aliás, aquele ilustre vereador chegou a fazer um apelo ao Ministro do Trabalho, tendo sido aprovado naquela Casa legislativa um requerimento no sentido de que fosse imediatamente instaurado inquérito administrativo na autarquia.

No momento em que se comemora mais um aniversário daquele Instituto e considerando que, amanhã, seu Presidente, o Sr. Túlio Peixoto de Alencar, deverá atrair para o Sanatório centenas de médicos, deputados e elementos da administração pública para a inauguração de placas comemorativas, quero alertar o Ministro João Goulart para que não se iluda, como se iludiu o Sr. Presidente, da República, e, não se iludindo, atenda ao apelo que formulei da tribuna, inclusive ao requerimento de informações encaminhado à Mesa e, também, a denúncia feita pelo Vereador pebedista na Câmara do Distrito Federal para que, apurada a responsabilidade, seja afastado, sem demora, da direção daquela autarquia, o Senhor Túlio Peixoto de Alencar. (*Muito bem; muito bem*).

O DEPUTADO SR. ROBERTO MORENA profere discurso que, entregue a revisão do orador, será publicado oportunamente.

O SR. DOLOR DE ANDRADE — Sr. Presidente, em virtude da premência do tempo de que ora disponho, venho fazer breves considerações sobre os estudos técnicos, que foram procedidos por uma comissão interestadual, objetivando a organização de um grande plano em torno do desenvolvimento econômico da bacia dos rios Paraná-Uruguai.

Fôra a importante matéria debatida na reunião dos Governadores, realizada na capital bandeirante, em setembro de 1931, através de sugestão do Sr. Fernando Corrêa da Costa, ilustre Governador de Mato Grosso.

Reuniu-se o segundo conclave, em Porto Alegre, no correr do ano passado, assumindo a alta direção dos trabalhos o Sr. Presidente da República. E presentes estiveram os Governadores de S. Paulo, Minas, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiás e Mato Grosso.

Pode-se afirmar que o âmbito econômico do imenso vale, não obstante já possuindo desenvolvimento promissor, em marcha, está a exigir uma planificação ou esforço sistematizado de exploração e interpretação real e tecnicamente previstas, de modo a perder o aspecto confuso e prejudicial à ação prática, fato muito comum nos setores administrativos, onde a improvisação possui raízes profundas. Viremos, ainda, em luta contra o empirismo reinante no campo das realizações de obras governamentais, que se processam, muitas vezes, sem a necessária previsão do futuro. Gasta-se muito das rendas públicas em obras improvisadas no sabor de leigos, que procuram remediar situações momentâneas, por falta de um estudo de conjunto, ou por ignorância de detalhes que somente a técnica pode orientar ou prever.

E' preferível fazer pouco e bem feito do que fazer muito e mal feito.

Poi, Sr. Presidente, sob tal inspiração que os Governadores acima indicados resolveram lançar-se na grande batalha em prol do desenvolvimento econômico do imenso vale idealizando o sistema de cooperação entre os Estados e o Governador da República, o campo financeiro.

Acontece, porém, que o Sr. Presidente da República, em recente despacho, manifestou-se favorável à exposição de motivos que lhe fôra encaminhada pelo Ministro Oswaldo Aranha, sugerindo o reexame do anteprojeto de lei sobre o plano de va-